

Se o governo brasileiro mantiver, como espera a opinião pública, uma postura verdadeiramente soberana diante das negociações da dívida externa, os resultados que advirão de tal atitude deverão imantar, de forma muito positiva, outras negociações nas quais o País está empenhado na arena internacional.

Entendemos como postura soberana, como já o explicitamos nesse mesmo espaço em nossa última edição, a reiteração de compromissos considerados inegociáveis pelo próprio presidente da República quando do início da nova rodada de encontros com nossos credores externos.

Esses compromissos são dois: o Brasil não pagará nada acima daquilo que tiver capacidade de pagar, sem depredar sua própria economia e sem embargar a capacidade de gestão dos administradores econômicos. O outro compromisso, que nos parece especialmente importante, é de que não mais faremos gestos de boa vontade na direção dos bancos credores, pagando juros fora do contexto de uma negociação global e de longo curso.

O governo que está instalado em Brasília tem insistido em sublinhar seu caráter modernizante, sua disposição para tratar questões cruciais para a vida econômica do País a partir de

Dúvida 6 x 7

Dinheiro no lugar do verbo

um prisma liberalizante e seu desejo de mudar o tônus do relacionamento do Estado brasileiro com suas contrapartes internacionais.

Para que consiga tudo isso ele tem, antes de qualquer outra providência, de encarar com pragmatismo, de forma desapaixonada, sem melancolia terceiro-mundista, a etiqueta que regerá suas relações com parceiros externos, o protocolo que orientará sua atuação internacional.

A assim chamada "elite brasileira" sofre de um terrível complexo de inferioridade quando compara o Brasil com seus supostos paradigmas com domicílio no Primeiro Mundo. Se não é assim, como explicar nossa incapacidade de negociar favoravelmente nossos interesses em diversos foros externos? Por que, por exemplo, não conseguimos avançar um milímetro sequer em nossas negociações da dívida externa, durante oito penosos anos que incluíram diversos gestos de boa vontade brasileira, jamais reciprocados pelos credores ou agências multilaterais?

Quando dizemos que uma postura indepen-

dente, firme, do governo brasileiro, na questão da dívida externa, deverá imantar outras negociações internacionais, pensamos especificamente no impasse que marca as negociações da Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio, o GATT.

Se nos detivermos nos ires-e-vires dos países ricos durante os últimos quatro anos de conversações — e dermos especial atenção para os pobres resultados obtidos até agora —, veremos que assumiu um caráter quase que farsesco tudo que diz respeito ao discurso livre-mercadista utilizado pelo Primeiro Mundo quando se trata de abordar as vicissitudes (barreiras tarifárias e não-tarifárias, controles, cotas, etc.) do comércio internacional.

Isso aconteceu porque a Comunidade Europeia, o Japão e os Estados Unidos sentem-se à vontade para dizer uma coisa e praticar outra, exigindo dos países pobres e em desenvolvimento atitudes que não tomam, compromissos que não honram e a consagração de um ideário que, na vida cotidiana, não respeitam.

Trata-se de um caso clássico de esquizofrenia diplomática, com o qual não devemos aceitar conviver a menos que entremos na farsa levando em conta apenas nossos próprios interesses, que é o que a maioria dos países ricos está fazendo.

Estamos, sem dúvida, abrindo a economia brasileira para o exterior. Estamos decididos, diz o governo, a inscrever nossa economia no concerto das economias modernas, onde os princípios da economia social de mercado são respeitados e privilegiados. Se esse é o caso, por que devemos fazer nossa lição de casa enquanto a Comunidade Europeia, o Japão e os Estados Unidos prevaricam com o verbo e com as imensas verbas que alocam para diversos setores de suas economias a título de subsídios, "reforços operacionais" e outras denominações que não escondem o principal, que é o fato de que esses países são protecionistas?

Assim, não devemos, de forma obstinada, abrir por abrir, liberalizar por liberalizar. Façamo-lo apenas como a contraparte justa pelo que nos for dado de concreto. Não aceitemos mais a palavra de quem fala uma coisa e pratica outra. Os países ricos devem começar a pôr dinheiro onde colocam apenas o verbo.